

Demonstrações Financeiras

ARKA SEGURADORA S/A

31 DE DEZEMBRO DE 2022

Com Relatório do Auditor independente



Relatório da Administração

De acordo com as exigências legais e estatutárias submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da Arka Seguradora S/A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Descrição dos negócios:

A Seguradora tem por objeto a operação em seguros do ramo pessoas e patrimoniais em qualquer uma de suas modalidades ou formas. Atualmente trabalha com Seguro de automóvel/casco, vida individual e em grupo, R.C Profissional, e seguro residencial.

Comentários sobre a conjuntura atual:

A Administração monitora o mercado de atuação com vista ao aproveitamento das melhores oportunidades, alinhadas a estratégia de negócios da Companhia.

Todo o aparato regulatório da atividade é acompanhado com muita responsabilidade e controle. A Seguradora garante a cobertura dos riscos que assume por meio de reservas constituídas e alto nível de liquidez financeira, mantendo suas aplicações com rendimento compatível com as melhores práticas do mercado e com política de menor risco assumido.

Desempenho:

Os prêmios emitidos no ano de 2022 no valor de R\$ 587.593 mil, este tem como principais fatores prêmios emitidos oriundos do do ramo de seguro automóvel/casco.

Os ativos totais em 31 de dezembro de 2022 representam um montante de R\$ 4.902.565 milhões, em seu primeiro ano de atividade.

A administração tem implementado programas de melhoria contínua em processos e controles de subscrição, gestão de risco e eficiência operacional, bem como reforçando a estrutura organizacional e sistêmica. Diante da expectativa de breve retorno, a empresa manteve seus investimentos objetivando estar entre as mais reconhecidas em termos de qualidade e agilidade nesta atividade, criando condições de crescimento sustentável ao longo dos próximos anos.

Embora todos seus esforços e investimentos no primeiro ano de atuação no mercado a mesma, apontou prejuízo de 161.912 mil no exercício.

A Seguradora mantém sob absoluto controle a sua situação financeira, mantendo-se sempre em conformidade com as normas aplicáveis. Os resultados apresentados foram considerados em todo o planejamento da empresa. O planejamento estratégico da Sociedade da conta de cenários futuros promissores.

Perspectivas:

A administração espera um crescimento sustentável das operações nos próximos anos, através de eficiência operacional, amplitude e qualificação dos nossos canais de distribuição, expansão territorial, melhoria contínua dos processos de subscrição e gestão de sinistros e gastos administrativos.

Políticas relativas aos prejuízos apurados

Com apuração de prejuízo no exercício social a seguradora reve suas praticas te atuação e

administração visando melhoras e crescimento no proximo exercicio social para que venha a auferir lucro e suas destinais estatutarias.

Declaração sobre a capacidade financeira

A Companhia, por força da regulação da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, precisa garantir condição financeira compatível com os riscos assumidos, podendo para tal fazer investimentos que capitalizam ao máximo suas sobras financeiras, dentro da melhor política de risco-retorno. Ao final do exercício de 2022 a Seguradora possui apenas investimentos em fundo de reserva técnica da XP Investimentos com variação cambial pela CDI, que são utilizados como ativos garantidores das provisões técnicas e ainda aplicação de renda variável Banco do Brasil S/A variável pela Selic, que são ativos de livre movimentação.

Recursos Humanos

A Arka Seguradora S/A. sabe que está no quadro de colaboradores um de seus principais diferenciais, por isso tem mantido programas permanentes de desenvolvimento e aperfeiçoamento.

Agradecimentos

Queremos agradecer os senhores acionistas, clientes, segurados e corretores pelo apoio e pela confiança que nos distinguem, às autoridades da SUSEP e demais ligadas as nossas atividades, aos auditores, consultores e prestadores de serviços pelos seus trabalhos e, especialmente aos nossos colaboradores pela dedicação durante este ano.

Orleans, 28 de fevereiro de 2023.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Acionistas da
ARKA SEGURADORA S.A.
Pinheiros - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ARKA SEGURADORA S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ARKA SEGURADORA S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão no processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas relevantes inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para a execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude e erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data

de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria. Durante nossos trabalhos não identificamos deficiências significativas nos controles internos.

]

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2023.

TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CRCRS 009308-F

Luiz Fernando Silva Soares
Contador CRCRS no. 033.964-O

Balanço patrimonial Fiscal duas colunas de 16/05/2022 a 31/12/2022

Página: 1

Empresa: 148 - ARKA SEGURADORA S.A

Orleans/SC - CNPJ:46.411.471/0001-93

Nome	Saldo anterior	NOTA	Saldo atual	Nome	Saldo anterior	NOTA	Saldo atual
ATIVO	0		4.910.029	PASSIVO	0		4.910.029
CIRCULANTE	0		4.293.029	CIRCULANTE	0		954.931
DISPONÍVEL	0		3.426.336	CONTAS A PAGAR	0		50.227
TÍTULOS DE RENDA FIXA - PRIVADOS	0	6	3.292.266	FORNECEDORES	0	9	2.508
BANCOS CONTA DEPÓSITOS - MOVIMENTO - PAÍS	0	5	134.070	HONORÁRIOS, REMUNERAÇÕES E GRATIFICAÇÕES A PAGA	0	9	3.672
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES	0		718.078	IMPOSTO DE RENDA RETIDO DE TERCEIROS	0	10	52
PRÊMIOS A RECEBER	0	7	557.329	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	0	10	38.958
PREMIOS - RISCOS VIGENTES NÃO EMITIDOS	0	7	160.749	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	0	10	1.410
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	0		47.539	CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS	0	10	413
CRÉDITOS DE IMPOSTO DE RENDA	0	8	19.610	OUTROS IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS	0	10	160
CRÉDITOS DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0	8	445	COFINS	0	10	2.627
CREDITOS DE COFINS E PIS	0	8	67	PIS/PASEP	0	10	427
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	0	8	27.417	DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS	0		81.898
DESPESAS ANTECIPADAS	0		62	DIRETO	0	12	81.898
DESPESAS ADMINISTRATIVAS ANTECIPADAS	0	8	62	DEPÓSITOS DE TERCEIROS	0		24.778
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	0		101.014	PRÊMIOS E EMOLUMENTOS RECEBIDOS	0	14	24.778
CUSTOS DE AQUISIÇÃO - SEGUROS	0	13	101.014	PROVISÕES TÉCNICAS ? SEGUROS	0		798.029
ATIVO NÃO CIRCULANTE	0		617.000	PROVISÃO DE PRÊMIOS NÃO GANHOS	0	13	707.019
IMOBILIZADO	0	11	617.000	PROVISÃO DE SINISTROS OCORRIDOS MAS NÃO AVISADOS	0	13	19.784
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	0		617.000	PROVISÃO DE PRÊMIOS NÃO GANHOS	0	13	3.658
				PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR	0	13	57.478
				OUTRAS PROVISÕES	0	13	10.090
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU PATRIMÔNIO SOCIAL	0	17	3.955.098
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0		3.955.098
				CAPITAL NACIONAL	0		3.500.000
				AUMENTO/REDUÇÃO DE CAPITAL (EM APROVAÇÃO)	0		617.000
				PREJUÍZOS ACUMULADOS	0		(161.902)

Orleans, 31 de dezembro de 2022

MICHEL ACORDI
ALEXANDRE:06
486557923

Assinado de forma digital
por MICHEL ACORDI
ALEXANDRE:0648655792
3
Dados: 2023.02.28
17:53:51 -03'00'

RAFAEL CROSETTA
CARBONI:0342174
1930

Assinado de forma digital
por RAFAEL CROSETTA
CARBONI:03421741930
Dados: 2023.02.28 17:53:11
-03'00'

Michel Acordi Alexandre
Contador
CPF: 064.865.579-23
CRC: SC-039328/O-7

RAFAEL CROSETTA CARBONI
Presidente
CPF: 034.217.419-30

Demonstração do Resultado do Exercício de 16/05/2022 a 31/12/2022

Página: 1

Empresa: 148 - ARKA SEGURADORA S.A

Orleans/SC - CNPJ:46.411.471/0001-93

Código	Nome	Nota	Período atual	Período anterior
1	CONTAS DE RESULTADO		(161.901,66)	0,00
2	OPERAÇÕES DE SEGUROS		(55.483,93)	0,00
3	PRÊMIOS GANHOS	21 A	27.585,26	0,00
98	SINISTROS OCORRIDOS	21 C	(77.261,94)	0,00
229	CUSTO DE AQUISIÇÃO	21 D	608,60	0,00
324	OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	21 E	(6.415,85)	0,00
375	DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(349.992,22)	0,00
376	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	21 G	(39.437,92)	0,00
466	DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS	21 G	(119.861,51)	0,00
506	DESPESAS COM LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	21 G	(21.485,56)	0,00
618	DESPESAS COM TRIBUTOS	21 H	(150.933,43)	0,00
655	DESPESAS COM DONATIVOS E CONTRIBUIÇÕES	21 H	(18.273,80)	0,00
683	RESULTADO FINANCEIRO		243.574,49	0,00
684	RECEITAS FINANCEIRAS	21 I	243.591,26	0,00
733	DESPESAS FINANCEIRAS	21 I	(16,77)	0,00

MICHEL
ACORDI
ALEXANDRE:06
486557923

Assinado de forma digital
por MICHEL ACORDI
ALEXANDRE:0648655792
3
Dados: 2023.02.28
17:44:26 -03'00'

RAFAEL CROSETTA
CARBONI:0342174
1930

Assinado de forma digital
por RAFAEL CROSETTA
CARBONI:03421741930
Dados: 2023.02.28
17:46:02 -03'00'

Michel Acordi Alexandre
Contador
CPF: 064.865.579-23
CRC: SC-039328/O-7

RAFAEL CROSETTA CARBONI
Presidente
CPF: 034.217.419-30

Demonstração dos Fluxos de Caixa de 16/05/2022 a 31/12/2022

Página: 1

Empresa: 148 - ARKA SEGURADORA S.A

Orleans/SC - CNPJ:46.411.471/0001-93

Nome **2022****FLUXOS DE CAIXA ORIGINÁRIOS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS**

Lucro/Prejuízo do Exercício	(161.912,43)
Valores Recebidos de Clientes	(710.613,97)
(-) Fornecedores	2.508,23
(-) Impostos	44.046,07
(-) Salários a Colaboradores	3.672,46
(-) Terceiros a Pagar	897.251,11
(-) Despesas Antecipadas	(148.615,14)

FLUXOS DE CAIXA ORIGINÁRIOS DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

(-) Compras de Imobilizado	(617.000,00)
----------------------------	--------------

FLUXOS DE CAIXA ORIGINÁRIOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

Integralização ou Aumento de Capital Social	4.117.000,00
---	--------------

Aumento (Redução) Nas Disponibilidades 3.426.336,33**Disponibilidades no Final do Período** 3.426.336,33

MICHEL ACORDI
ALEXANDRE:06
486557923

Assinado de forma digital
por MICHEL ACORDI
ALEXANDRE:0648655792
3
Dados: 2023.02.28
17:42:01 -03'00'

Michel Acordi Alexandre
Contador
CPF: 064.865.579-23
CRC: SC-039328/O-7

RAFAEL
CROCETTA
CARBONI:034217
41930

Assinado de forma digital
por RAFAEL CROCETTA
CARBONI:03421741930
Dados: 2023.02.28
17:45:32 -03'00'

RAFAEL CROCETTA CARBONI
Presidente
CPF: 034.217.419-30

Demonstrativo das mutações do patrimônio líquido de 16/05/2022 a 31/12/2022.

Empresa: 148 - ARKA SEGURADORA S.A

Página: 1

Orleans/SC - CNPJ:46.411.471/0001-93

148 - ARKA SEGURADORA S.A

Histórico	Capital social	Aumento/redução de capital (em aprovação)	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros ou prejuízos acumulados	Resultado líquido do exercício	Total
SALDO EM 16/05/2022	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AÇÕES ORDINÁRIAS	3.500.000,00						3.500.000,00
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAPITAL (EM APROVAÇÃO)		617.000,00					617.000,00
CAPITAL SOCIAL A INTEGRALIZAR	0,00						0,00
RESERVA LEGAL			0,00				0,00
RESERVA ESTATUTÁRIA			0,00				0,00
OUTRAS RESERVAS DE LUCROS			0,00				0,00
GANHOS E PERDAS NÃO REALIZADOS COM TVM				0,00			0,00
EFEITOS TRIBUTÁRIOS S/ GANHOS E PERDAS TVM				0,00			0,00
LUCROS ACUMULADOS							0,00
PREJUÍZOS ACUMULADOS							0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO						-161.912,43	-161.912,43
SALDO FINAL EM 31/12/2022	3.500.000,00	617.000,00	0,00	0,00	0,00	-161.912,43	3.955.087,57

MICHEL ACORDI
ALEXANDRE:064
86557923

Assinado de forma digital
por MICHEL ACORDI
ALEXANDRE:06486557923
Dados: 2023.02.28
17:41:26 -03'00'

Michel Acordi Alexandre
Contador
CPF: 064.865.579-23
CRC: SC-039328/O-7

RAFAEL CROSETTA
CARBONI:0342174
1930

Assinado de forma digital
por RAFAEL CROSETTA
CARBONI:03421741930
Dados: 2023.02.28
17:44:59 -03'00'

RAFAEL CROSETTA CARBONI
Presidente
CPF: 034.217.419-30

Demonstrativo do Resultado Abrangente de 16/05/2022 a 31/12/2022

Página: 1

Empresa: 148 - ARKA SEGURADORA S.A

Orleans/SC - CNPJ:46.411.471/0001-93

Nome **2022****LUCRO/PREJUÍZO LIQUIDO DO EXERCICIO**

Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício

(161.912,43)

MICHEL ACORDI
ALEXANDRE:06
486557923

Assinado de forma digital
por MICHEL ACORDI
ALEXANDRE:06486557923
Dados: 2023.02.28 17:42:35
-03'00'

RAFAEL CROSETTA
CARBONI:0342174
1930

Assinado de forma digital
por RAFAEL CROSETTA
CARBONI:03421741930
Dados: 2023.02.28 17:45:46
-03'00'

Michel Acordi Alexandre
Contador
CPF: 064.865.579-23
CRC: SC-039328/O-7

RAFAEL CROSETTA CARBONI
Presidente
CPF: 034.217.419-30

NOTA EXPLICATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade Anônima Fechada, **ARKA SEGURADORA S.A**, portadora do CNPJ 46.411.471/0001- 93, seguradora sediada na Rua Viadal Ramos, 66, sala 01, centro, Orleans/SC, CEP 88.870-000, com autorização de operar da SUSEP em 12/04/2022 pela portaria 151 e tem por objetivo social: Sociedade seguradora de seguros não vida; e Sociedade seguradora de seguros vida. A seguradora opera em seguros de danos e pessoas em todo território nacional, especificamente nos ramos: E&O (RC Profissional), D&O (Directors and officers), responsabilidade civil geral (RCG), Pessoas e Propriedades. Estas Demonstrações Financeiras da **ARKA SEGURADORA S.A**, para o exercício findo em 31/12/2022 foram aprovados pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2023.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade adotados no Brasil, bem como com a legislação societária e fiscal vigentes, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), obedecendo ao regime de competência e contempla o período de 15/06/2022 a 31/12/2022 em consonância com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, incluindo os pronunciamentos, as orientações as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP. As Demonstrações são apresentada seguindo o critério de comparabilidade estabelecido pelo CPC 26. Apresentação das Demonstrações Contábeis. **b. Continuidade:** A Administração avaliou a habilidade da Seguradora em continuar operando normalmente e possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **c. Base para mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: Instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; e Provisões técnicas e ativos de resseguros, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. **d. Moeda funcional e de apreensão:** As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora e também a moeda do principal ambiente econômico em que a Seguradora opera, exceto quando indicado de outra forma. As informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor à data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional utilizando-se taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **e. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil: Notas 3.h Classificação e mensuração dos contratos de seguro; Notas 3.c. e 6 - Aplicações (Instrumentos Financeiros); Notas 3.i e 14 - Provisões técnicas; e Notas 3.l e 17- Provisões judiciais.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras. **a. Disponível:** São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizadas pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos a curto prazo. **b. Reconhecimento de receita:** Os prêmios de seguros e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura e reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência, observando o transcorrer da vigência do risco. Os saldos relativos aos riscos vigentes, mas não emitidos são calculados com base em metodologia

atuarial. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (imparidade) reconhecidas nos ativos financeiros.

c. Instrumentos financeiros: c.1 Ativos financeiros: A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iii) ativos financeiros mantidos até o vencimento e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

(i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Na data das Demonstrações Financeiras, a Seguradora não possuía ativos financeiros classificados nessa categoria.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda: Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas no patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre o ganho não realizado. Quando um investimento é realizado, o saldo acumulado é transferido para o resultado. Os juros são reconhecidos no resultado.

(iv) Empréstimos e recebíveis: São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem substancialmente “Créditos das operações com seguros e resseguros” e “Títulos e créditos a receber”.

(v) Determinação do valor justo: Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Os fundos de investimento são valorizados com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, conforme apurado e informado pelos gestores dos respectivos fundos. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas no Selic - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP- Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

(vi) Redução do valor recuperável dos ativos financeiros: A Seguradora avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

(vii) Redução ao valor recuperável de prêmios a receber: A Seguradora constitui Redução ao valor recuperável sobre os prêmios vencidos a mais de 60 dias mais o arrasto das parcelas a vencer, utilizando como base os prêmios pendentes o mês de fechamento, considerando Cosseguro e Resseguro conforme determinação da Circular SUSEP nº 648/2021 Art. 168 § 3. Revisamos a política de redução ao valor recuperável e passamos a não considerar no cálculo a PPNG e DCD para efeitos da redução ao valor recuperável.

(viii) Redução ao valor recuperável de sinistros pagos a recuperar: A Seguradora constitui Redução ao valor recuperável sobre os ativos por contrato de resseguro quando houver evidências objetivas e de acordo com as análises operacionais de que os valores acima de 180 dias possam não ser recebidos. Nos contratos de cota-share (proporcionais), levando em consideração as características da operação, são deduzidos eventuais valores a pagar devidos nos mesmos acertos de contas trimestrais afim de considerar apenas os valores expostos a riscos de crédito. Nas operações de contratos facultativos, excesso de danos ou responsabilidade (não proporcionais) são considerados o valor a receber sem nenhum tipo de dedução.

d. Imobilizado O ativo imobilizado de uso próprio compreende móveis e utensílios, equipamentos, instalações e veículos utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gasto que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado o reconhecido como um componente separado do ativo imobilizado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período.

conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos:

Grupo e ativo	Vida útil estimada	Depreciação o ano %
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Equipamentos	5 anos	20%
Outros	5 anos	20%

Ativo intangível: Composto por gastos de desenvolvimento interno de sistema, incluindo os custos de mão de obra direta, são reconhecidos com o ativo intangível somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável e quando os benefícios econômicos futuros forem prováveis e existir ainda a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento desse sistema. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear considerando a taxa de 20% a.a pelo período de 5 anos. **f. Imparidade de ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilizado do ativo não exceda o valor da contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação. **g. Custos de aquisição diferidos:** Compreendem as comissões relativas a custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo como período decorrido de vigência do risco coberto. Os custos diretos e indiretos incorridos, decorrentes da subscrição ou renovação de contratos de seguro, são diferidos na medida em que esses custos sejam recuperáveis a partir de prêmios futuros. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos. Os custos de aquisição diferidos são baixados quando da venda ou liquidação dos respectivos contratos. **h. Classificação dos contratos de seguros:** Os contratos foram classificados como contratos de seguro em função de existir aceitação de um risco significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico. Os prêmios de seguros são registrados quando da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado conforme decorre a vigência do risco. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como “receitas financeiras” em base “pro rata-dia” ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **i. Provisões técnicas – Seguros:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores, e com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentadas em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritos a seguir: (i) A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor dos prêmios de seguros brutos correspondente ao período ainda não decorrido de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método “pro rata die” para todos os riscos emitidos na data base de cálculo. A PPNG inclui valor correspondente aos riscos vigentes, mas ainda não emitidos (PPNG_RVNE), sendo esta parcela estimada a partir da aplicação de testes para obtenção dos valores efetivamente observados, vigentes e emitidos em atraso. (ii) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa, caso a caso, de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data de cálculo. Os valores provisionados são calculados a partir de estimativa de pagamento dos valores reclamados pelos segurados, de acordo com o estabelecido na Nota Técnica de PSL e inclui assim ações judiciais relacionadas a sinistros, as quais são constituídas a partir de análises de consultores jurídicos para avaliação dos riscos em relação à importância segurada. A mensuração da estimativa da PSL também considera o ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados-IBNER, que é apurado a partir da aplicação de testes de consistência para obtenção da melhor estimativa de ajuste. (iii) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros eventualmente ocorridos, entretanto, ainda não avisados à Seguradora até a data base das demonstrações de cálculo. Para o cálculo, são utilizadas premissas de mercado para os ramos de operação da Seguradora, por ainda estar no início das suas operações. (iv) A provisão de despesas relacionadas (PDR) é composta de duas parcelas: a PDR (IBNR), que significa a estimativa de despesas diretas para os sinistros ocorridos e não avisados, estimada de forma agregada e a PDR (PSL), que contempla a estimativa de despesas diretas relacionadas aos sinistros avisados e ainda não pagos, seguindo os mesmos procedimentos operacionais dos sinistros avisados. Para a obtenção da parcela da provisão de despesas relacionadas a sinistros avisados (PSL), a seguradora apura as despesas relacionadas, de forma individualizada, pendentes de pagamento na data base de cálculo e, ainda, estima o valor global das despesas relacionadas aos sinistros judiciais que estejam em PSL. A parcela

relacionada a sinistros não avisados (IBNR) é estimada pela razão entre a PDR(PSL) e a respectiva PSL. (v) A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) é constituída para garantir o pagamento de resgates e devoluções de contribuições pendentes de regularização até a data-base de cálculo. Sua metodologia considera a estimativa de valores a regularizar, tanto na esfera administrativa como judicial, devidamente corrigidos até sua liquidação / extinção. (vi) A provisão complementar de cobertura (PCC) será constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos - TAP, de acordo com as determinações previstas na regulamentação em vigor. j. **Teste de adequação dos passivos (TAP):** conforme previsto nos normativos em vigor, em cada data de balanço a Seguradora elabora o TAP para todos os contratos vigentes na data de sua execução. Este teste é realizado considerando-se como valor líquido contábil os passivos de contratos de seguro, deduzidos, se for o caso, dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados às provisões técnicas. Para realização do teste, a Seguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se de premissas correntes para aplicação. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos são agrupados em função de similaridades (ou características de risco similares), e, consequentemente, de como os respectivos riscos de seguro são gerenciados pela administração, cujos valores são trazidos à data presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa realizados e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base (excetuada a Provisão Complementar de Cobertura - PCC, se houver), deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às respectivas provisões. Caso resulte em valor positivo, esta diferença deverá ser constituída na PCC, quando decorrente das provisões de PPNG, PMBAC e PMBC, ou, quando decorrente das demais provisões, deverá proceder-se ao ajuste da própria provisão que o originou. Para a apuração das estimativas de sinistros, adotou-se as taxas de sinistralidade extraídas do Sistema de Estatísticas da SUSEP (SES), considerando-se a experiência de todas as supervisionadas no período dos últimos 36 meses. Já as despesas administrativas foram projetadas com base no histórico das despesas reais da Seguradora, considerando a premissa do TAP de que não haverá novas vendas (apenas a manutenção das obrigações assumidas até a data base). As estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros foram descontadas a valor presente com base no modelo de Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxas de Juros (ETTJ) livres de risco, estimada por meio de metodologia desenvolvida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Conforme os ramos em que opera atualmente, utilizou-se a ETTJ livre de risco pré-fixada. O desconto a valor presente foi realizado a partir dos vértices mensais dos fluxos de caixa.

Conforme abaixo, pode-se concluir que o TAP indicou necessidade de constituir-se provisão complementar para o grupo de PPNG, mais especificamente para o segmento de Danos, uma vez que a Seguradora, por estar no início de suas operações, ainda possui despesas administrativas proporcionalmente elevadas em relação a sua receita. O valor apurado já se encontra constituído na PCC-PPNG de 31/12/2022. Por fim, informamos que não se identificou valor de "Mais Valia" para o período.

Grupo	VP fluxos de caixa	Provisões técnicas	CAD	Resultados
PPNG	609.295	686.169	101.014	24.140
PSL, IBNR, PDR	76.442	77.262	-	(820)
PVR	2.609	2.637	-	(28)

k. Provisões e passivos contingentes: Provisões são reconhecidas quando a Seguradora tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A Seguradora é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: Prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para constituição dessas provisões, segundo o CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recurso, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. l. **Benefícios aos empregados:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançado como despesa

à medida que o serviço respectivo é prestado. A Seguradora não oferece benefício pós-emprego.

Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente ente a R\$ 240 no período e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota 15%, em conformidade com a Lei nº 13.169/15. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de recolhimento (impostos correntes). O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se tornarem dedutíveis, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis e quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o. PIS e COFINS: As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4% na forma da legislação vigente.

4 - GERENCIAMENTO DE RISCOS

a) Introdução - a Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado, operacional e estratégico, proveniente de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros. A seguir são apresentadas informações sobre: a exposição ao risco e como ele surge, os objetivos, políticas, processos para gerenciar os riscos e métodos utilizados para mensurá-los;

Estrutura de gerenciamento de riscos - a Companhia adota o gerenciamento de riscos de acordo com a abordagem de “três linhas de defesa”, onde as Unidades Operacionais têm a responsabilidade primária de identificar, gerir e comunicar os riscos (primeira linha de defesa), a função de Gestão de Riscos auxilia toda organização na melhoria contínua da estrutura e gestão de riscos e supervisiona os processos de gestão e assunção de riscos executados pelas Unidades Operacionais (Segunda Linha de defesa), já a função de Auditoria Interna independente fornece a supervisão sobre as Unidades Operacionais e a Gestão de Riscos (Terceira Linha de defesa). O processo de gestão de riscos segue as etapas de identificação/avaliação, mensuração, tratamento e monitoramento dos riscos;

b) Risco de subscrição seguro - oriundo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição da tabela biométrica e da taxa de juros, quanto na constituição das provisões técnicas. A função de controle de subscrição foi concebida para mitigar estes riscos a um nível aceitável. O risco de seguro pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco no processo de subscrição, risco na precificação, risco de definição dos produtos, risco na determinação da estimativa de valor do sinistro, risco de retenção líquida, e risco nas provisões. A realização de testes de adequação de passivos e de sensibilidade para cenários projetados permite analisar o impacto das oscilações hipotéticas no resultado da Companhia, de forma a resguardar uma possível mudança no cenário que possa agravar os riscos assumidos;

c) Risco de crédito - abrange o risco de investimentos, pode ocorrer uma possível incapacidade da instituição financeira emitente dos títulos, de honrar seus compromissos com os investidores. Essa situação pode ser causada por problemas financeiros oriundos de uma má administração ou gestão, dificuldades com planos econômicos, e etc. A Companhia considera esses fatores na escolha dos seguimentos de mercado onde realiza suas aplicações financeiras. O constante monitoramento visa manter as condições de segurança, rentabilidade, solvência, transparência e liquidez da carteira. Os investimentos são realizados em instituições financeiras com classificação de riscos de primeira linha, e adota-se avaliação de cenário macroeconômico pela análise dos principais indicadores econômicos projetados;

d) Risco de liquidez - o risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia saldar os seus compromissos quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado através da gestão

de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos de curto prazo prioritariamente. A carteira de investimentos segue as diretrizes emanadas da Administração. O objetivo é equilibrar a liquidez com a otimização da rentabilidade dos ativos e manutenção dos riscos de mercado e de crédito adequados as atividades da Companhia. A gestão dos ativos e passivos permite apontar com antecedência possíveis necessidades de alterações nas estratégias;

e) Risco de mercado - o risco de mercado está associado à ocorrência de eventos políticos, econômicos e sistêmicos, nacionais ou internacionais, que possam gerar flutuações ou volatilidade nos preços e nos níveis de taxas de rentabilidade. Esta oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade e perdas à Companhia. A Administração para mitigar eventuais descasamentos de valores e/ou prazos entre seus ativos e passivos;

f) Risco operacional - consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas ou sistemas, ou de eventos externos. O gerenciamento do risco operacional é imprescindível para a geração de valor agregado. A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento. Para mensurar o risco operacional, a Companhia adota como procedimentos a identificação dos eventos de perdas decorrentes do risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens e causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e estabelece reuniões com os gestores, visando ações corretivas e preventivas do risco; e

g) Risco Estratégico - os riscos estratégicos estão associados com as decisões estratégicas da organização para atingir os seus objetivos de negócios, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da empresa para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente. O gerenciamento de risco de estratégia busca mitigar os riscos a um nível aceitável. A gestão se traduz na definição de indicadores e metas para acompanhamento da estratégia.

5 - DISPONIVEL

CAIXA
BANCOS – MOEDA NACIONAL

TOTAL

31/12/2022

0
134.070

134.070

6 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Carteira de aplicações por vencimentos

APLICADO		MTM	RESGATADO	RENDIMENTO	IRPF S/ APLICAÇÃO	TAXA % JUROS	31/12/2022 SALDO
Aplicação XP Reserva Técnica Fundo	2.000.000	0	0	126.465	0	100	
2.126.465							
de Investimento Renda Fixa							
Aplicação Financeira – Banco do Brasil	8.700.000	0	5.632.035	107.137	9.300	Variável	
1.165.800							
Total	10.700.000	0	5.632.035	233.602	9.300		3.292.266

Nota: Por se tratar de uma aplicação no Fundo de Investimento, o mesmo já tem seu valor de mercado composto na cota.

7 - CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES

Movimentação de prêmios a receber

	<u>31/12/2022</u>
Saldo exercício anterior	<u>0</u>
Pêmios emitidos	587.593
Prêmios cancelados	0
IOF	42.692
Adicional de facionamento	0
Riscos vigentes e não emitidos	160.748
Recebimentos	(80.420)
Constituição da provisão para redução valor recuperável	0
Saldo exercício atual	<u>710.613</u>

Prêmio a receber por ramo e por vencimento

<u>Ramos</u>	<u>1 a 60 dias</u>	<u>61 a 120 dias</u>	<u>121 a 180 dias</u>	<u>181 a 365 dias</u>	<u>Acima de 365</u>	<u>Total</u>
Casco	0	0	0	701.512	0	701.512
R.C Profissional	0	0	0	0	0	0
Vida	0	0	0	7.523	0	7.523
Compreensivo Residencial	0	0	0	1.577	0	1.577
Total a Vencer	0	0	0	710.613	0	710.613
Total Vencidos	0	0	0	0	0	0
PDD	0	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	710.613	0	710.613

8 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS/PREVIDENCIÁRIOS E ATECIPAÇÕES

	<u>31/12/2022</u>
Crédito tributário -IRPJ - Retido de aplicação financeira	19.289
Crédito tributário - prejuízo fiscal - IRPJ	320
Crédito tributário - prejuízo fiscal - CSLL	445
Crédito tributário - a compensar - COFINS	58
Crédito tributário - a compensar - PIS	9
Adiantamento a Fornecedores	27.416
Despesas Antecipadas	61,50
Total	<u>47.598</u>

9 - CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores	2.508
13º Salário a pagar	0
Salários a pagar	3.672
Total	<u>3.180</u>

10 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

31/12/2022

Imposto de renda	0
Contribuição social	0
PIS	426
Cofins	2.626
Imposto de renda retido de terceiros	51
Imposto sobre operações financeiras	38.958
Contribuições previdenciárias	1.410
Contribuições para FGTS	412
Outros impostos e encargos sociais	159
Total	<u>44.042</u>

11 - MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO E INSTANGÍVEL

Ativo Imobilizado

Descrição	<u>Aquisição</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Outras Imobilizações em Curso	617.000	617.000
	<u>617.000</u>	<u>617.000</u>

Descrição	<u>Depreciação</u>	<u>Saldo em</u>
	<u>31/12/2022</u>	
Depreciação - Outra	(0)	(0)
Total Imobilizado	<u>617.000</u>	<u>617.000</u>

Ativo Intangível

Descrição	<u>Aquisição</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Outras Imobilizações em Curso	0	0
Total Intangível	<u>0</u>	<u>0</u>

12 - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Casco	81.219
R.C Profissional	0
Vida	707
Compreensivo Residencial	338
Total	<u>82.264</u>

13 - PROVISÕES TÉCNICAS

Composição das Provisões técnicas em 31/12/2022

Ramo / Provisão	PSL	PDR	IBNR	PPNG	PPNG-RVNE	PVR	PCC-PPNG	TOTAL
0531- Automovel - Casco	57.478	-	18.314	520.305	156.977	-	24.058	777.132
0378- R.C Profissional	-	-	310	359	-	-	16	685
1391- Vida	-	-	894	3.326	3.592	-	-	7.812
0114 - Residencial	-	-	265	1.431	180	2.637	66	4.579
TOTAL	57.478	-	19.783	525.421	160.749	2.637	24.140	790.208

14- CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Nome do ramo	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
0531- Automovel-Casco	100.053
0378-R.C Profissional	34
1391-Vida	637
0114-Compreensivo Residencial	320
Saldo	101.014

15 - DEPÓSITO DE TERCEIROS

	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Casco	24.228
R.C Profissional	0
Vida	549
Compreensivo Residencial	0
Total	<u>24.778</u>

16 - DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

Devido a constituição da companhia ter sido efetuada no ano corrente a mesma não teve desenvolvimento de sinistros para avaliação e comparativo.

17 - CONTINGÊNCIAS RELACIONADAS E NÃO RELACIONADAS A SINISTROS

Devido a constituição da companhia ter sido efetuada no ano corrente a mesma não teve desenvolvimento de sinistros para contingências relacionadas e não relacionadas.

18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 3.500.000 (R\$ 3.500.000 em 2022) e representado por 3.500.000 (3.500.000 em 2022) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Aumento/Redução de Capital: A companhia tem uma provisão de aumento de capital social para ser integralizado em bens no valor de R\$ 617.000 (R\$ 617.000 em 2022). Reserva legal e estatutária: A mesma não compôs reservas até o presente exercício social. Dividendos: Devido a mesma ter iniciado suas atividades no ano corrente a mesma não dispôs de Dividendos a distribuir.

19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO (CMR)

O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas. Nos termos da Circular SUSEP nº 648/2021e alterações e da Resolução CNSP nº 432/21, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igualou superior ao capital mínimo requerido (CMR). O CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital-base e o capital de risco. A Seguradora está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional, como demonstrado abaixo:

31/12/2022

Patrimônio líquido	3.955.088
	(61)
Ajustes contábeis	
PLA Nível 1	3.955.026
PLA Nível 2	0
PLA Nível 3	0
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	3.955.026
Capital base (I)	2.000.000
Capital de Risco de subscrição	9.891

Capital de Risco de crédito	2.145
Capital de Operacional	3.214
Capital de Mercado	974
Benefício da diversificação	(1.588)
Capital de Risco – CR (II)	<u>14.636</u>

Capital mínimo requerido - CMR (maior valor entre I e II)	<u>2.000.000</u>
---	-------------------------

Suficiência do PLA **1.955.026**

97,8%

% Suficiência do PLA

Cobertura do Patrimônio (NÍVEL 1) (mínimo 50% CMR cobertos pelo PLANÍVEL 1)	3.955.026
Cobertura do Patrimônio (NÍVEIS 2 e 3) (máximo 50% CMR cobertos pelo PLA NÍVEL 2 e 3)	-
Cobertura do Patrimônio (NÍVEL 3) (máximo 15% CMR cobertos pelo PLANÍVEL 3)	-

20- COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Provisões Técnicas 790.208

Necessidade de cobertura de Provisões Técnicas **790.208**

Ativos Garantidores Líquidos 2.126.465

Ativos em Excesso à Necessidade de Cobertura de Provisões Técnicas 1.336.257

Taxa de Cobertura

269,1%

21- DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

a) Prêmios líquidos **31/12/2022**

Prêmios - Riscos Emitidos 587.235

Prêmios Cancelados (10.090)

Prêmios - Riscos Vigentes não Emitidos 160.748

737.894

b) Prêmios ganhos (principal ramos de atuação)

Ramos	Prêmios ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de comissionamento %
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Casco	26.572	285,23%	685,96%
R.C Profissional	154	201,55%	5,76%
Vida	793	112,61%	170,56%
Compreensivo Residencial	55	482,95%	1.196%
Total	<u>27.574</u>		

c) Sinistros ocorridos

31/12/2022

Indenizações avisadas (57.478)

Variações na provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (19.783)

Total **(77.261)**

d) Custo de aquisição

31/12/2022

Riscos vigentes emitidos (85.414)

Riscos vigentes não emitidos 14.256

Riscos emitidos	77.457
Riscos não emitidos	(5.690)

Total **608**

e) Outras receitas e despesas operacionais

31/12/2022

Outras despesas com operações de seguros	(6.415)
Total	<u>(6.415)</u>

f) Resultado com resseguro

A sociedade não deteve operações com resseguro.

g) Despesas administrativas

31/12/2022

Ordenados	(23.282)
13º salário	(1.997)
Previdência Social	(5.977)
FGTS	(1.965)
Alimentação	(6.214)
Honorários advocatícios	(50.000)
Honorários de outros serviços técnicos	(36.000)
Outras despesa com serviços de terceiros	(33.861)
Despesas legais	(433)
Despesas Bancárias	(14.016)
Outras despesas	(887)
Despesas com comunicação	(2.144)
Combustível	(4.004)
Total	<u>(180.780)</u>

h) Despesas com tributos

31/12/2022

COFINS	(10.861)
PIS	(1.764)
Taxa de fiscalização	(138.307)
Despesas com donativos e contribuições	(18.273)
Total	<u>(169.207)</u>

i) Resultado financeiro

Receitas financeiras

31/12/2022

Atualização monetária	243.591
Total	<u>243.591</u>

Despesas financeiras

Despesas financeiras de encargos sobre tributos	(5,25)
Despesas financeiras eventuais	(11,52)
Total	<u>(16)</u>

22 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Referente ao período de 01/01/2022 a 31/12/2022 - Anual - Lucro Real

Descrição	Controle	Adições	Exclusões
DEMONSTRAÇÃO DO LUCRO REAL			
LUCRO CONTABIL DO PERÍODO BASE			(161.912)
ADICÕES AO LUCRO REAL			0
DESPESAS OPERACIONAIS INDEDUTÍVEIS			0
LUCRO REAL ANTES COMP. PREJUÍZOS FISCAIS			(161.912)
LUCRO REAL			(161.912)
DEMONSTRAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
LUCRO CONTÁBIL DO PERÍODO-BASE			(161.912)
BASE DE CALCULO ANTES COMP BASE NEGATIVA			(161.912)
BASE DE CALCULO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			(161.912)
CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA			

LUCRO CONTABIL DO PERÍODO BASE	(161.912)
BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA	(161.912)
TOTAL DO IRPJ - DEDUÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS	0
TOTAL DO IRPJ - DEDUÇÕES	0
IR Retido na Fonte	19.289
TOTAL DE COMPENSAÇÕES DO IRPJ	19.289
IMPOSTO DE RENDA A PAGAR	0
CALCULO DA CONTRIBUICAO SOCIAL	
LUCRO CONTÁBIL DO PERÍODO	(161.912)
(=) BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUICAO SOCIAL	(161.912)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (-) DEDUÇÕES	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL À PAGAR	0,00
INFORMAÇÕES GERAIS	
Despesa c/Programa Alimentação Trabalhador	(6.214)
Imposto de Renda Retido na Fonte	19.289
Recolhimento IRPJ por Estimativa	320
Recolhimento CSLL por Estimativa	445

23 - NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

As seguintes novas normas foram emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamento Contábil mas não estão em vigor para o exercício de 2022, para as empresas seguradoras pois não foram aprovadas pela Susep.

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Todavia, a administração ainda não avaliou os impactos, uma vez que o órgão regulador (Susep) ainda não aprovou as aplicações do CPC 48.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Todavia, a administração ainda não avaliou os impactos de sua aplicação.

IFRS 17 - "Contratos de Seguros": O IFRS 17 – "Contratos de Seguros": foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características e participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º janeiro de 2023, porém a Susep ainda não aprovou este pronunciamento. A Seguradora está avaliando os impactos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Seguradora.

PARECER DA AUDITORIA ATUARIAL INDEPENDENTE

Aos Acionistas e Administradores da

ARKA Seguradora S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da **ARKA Seguradora S.A.** (a seguir denominada “Seguradora”), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Seguradora é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do Atuário Independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Seguradora são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção da ARKA Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela

Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras e outras conciliações realizadas, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Prêmios (EST-378), em seus aspectos mais relevantes. Ressaltamos que, na data-base dez/2022, as divergências foram sanadas, não havendo necessidade de novas correções. Informamos que essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

Porto Alegre/RS, 28 de fevereiro de 2023.

Alexandre Turk de Almeida – Atuário MIBA nº 1034
ALM Consultoria e Auditoria Atuarial S/S Ltda
CNPJ nº 08.614.081/0001-21 – CIBA nº 102
Av. Carlos Gomes, 700/606, Porto Alegre

ARKA SEGURADORA LTDA, 28 DE FEVEREIRO DE 2023